

O PATRIMÔNIO DOS MINEIROS DEPOIS DO SÉCULO DO OURO: COMPOSIÇÃO E DINÂMICA DA RIQUEZA NA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DO RIO DAS MORTES – PASSAGEM DO SÉCULO XVIII PARA O XIX.

Carlos de Oliveira Malaquias
Universidade Federal de Sergipe

ÁREA 3: HISTÓRIA ECONÔMICA, DO PENSAMENTO ECONÔMICO E DEMOGRAFIA HISTÓRICA

Resumo:

Neste trabalho analisamos a composição dos patrimônios inventariados no espaço da antiga freguesia de São José do Rio das Mortes entre fins do século XVIII e o primeiro terço do XIX, bem como a evolução e concentração da riqueza. Lançamos mão de inventários *post-mortem* para avaliar a composição e alterações dos patrimônios e listas de moradores para mensurar a representatividade e consistência dos dados de riqueza. Os resultados apontam recrudescimento do perfil agropecuário dos investimentos, baixo crescimento e aumento da desigualdade na riqueza na conjuntura de passagem do século XVIII para o XIX naquela região de Minas.

Palavras-chaves: riqueza; desigualdade; Minas Gerais; século XIX

Abstract:

In this study, we delve into the makeup of the state in the former parish of São José do Rio das Mortes from the late 18th century to the early 19th century, examining the evolution and concentration of wealth. We rely on probate records to evaluate asset composition and changes over time, while utilizing nominal lists to gauge the accuracy and consistency of wealth data. Our findings indicate a shift towards agricultural investments, sluggish growth, and a widening wealth gap during the transition from the 18th to the 19th century in this region of Minas.

Keywords: wealth; inequality; Minas Gerais; XIX century

Introdução

A riqueza nas Minas Gerais foi durante muito tempo associada pela historiografia ao brilho fascinante, mas fugaz, do ouro. Na clássica obra *Formação Econômica do Brasil*, do economista Celso Furtado, a economia mineira persiste enquanto dura o ouro; com o esgotamento dos veios na segunda metade do século XVIII, Minas entraria em uma “rápida e geral decadência” do qual só despertaria com o avanço da cafeicultura cem anos depois (FURTADO, 2007, p.132). A partir dos anos 1980 uma robusta revisão historiográfica reconsiderou o protagonismo da mineração e refutou a ideia de decadência da economia mineira na primeira metade do século XIX. Em linhas gerais, os novos estudos revelaram que no Oitocentos, longe da estagnação, a província de Minas era o maior fornecedor de toucinho e gado em pé para o mercado da corte, reteve a maior população escrava do Império e foi o principal destino dos cativos enviados por terra a partir do porto do Rio de Janeiro. Internamente, as dezenas de vilas e arraiais sustentaram a população que mais cresceu no século XIX, ocupada em diversificadas atividades de transformação. As investigações que recuaram até o século XVIII mostraram que, já nos primeiros tempos da extração de ouro e diamantes, gêneros de consumo generalizado – como a carne, a farinha de mandioca, o milho e feijão, o toucinho e os subprodutos da cana, sobretudo o açúcar e a aguardente – eram produzidos nas imediações das vilas mineradoras ou comprados de áreas próximas.¹ Na passagem do século XVIII para o XIX, o agropastoreio deixou de ser uma atividade subsidiária da mineração e se tornou o motor da economia mineira em um processo que foi descrito como *acomodação evolutiva*, isto é, o ajustamento da economia escravista a uma nova base produtiva. A ideia de acomodação – melhor do que a de transição – aponta que o dinamismo das Minas Gerais Oitocentista lançava raízes no passado, na inércia do complexo sócio-histórico formado em torno da mineração. A grande população, a diversificação da estrutura ocupacional, a rede de vilas e arraiais foram realizações do Século do Ouro, mas permaneceram a ele e funcionaram de “massa crítica” para a manutenção da estrutura escravista, gerando demandas internas à capitania, vigorosamente complementadas no início do século XIX com o abastecimento da corte do Rio de Janeiro.²

A dinâmica da riqueza mineira na conjuntura crítica da passagem do século XVIII para o século XIX praticamente carece de mensuração. Poucos trabalhos dedicaram-se a esse tema ou lançaram-se ao recorte temporal,³ o que constitui uma lacuna, pois apenas a multiplicação de trabalhos de orientação regional pode revelar como, no interior da extensa capitania, fatores como a disponibilidade de terras, a introdução de novos gêneros e/ou métodos, o acesso aos caminhos e contatos comerciais condicionariam as respostas dos produtores mineiros à nova conjuntura econômica na aurora do século XIX.

¹ As referências sobre a revisão historiográfica sobre a economia mineira são muito extensas, mas não podem deixar de ser citados: o livro de Alcir Lenharo (1979) sobre o abastecimento da Corte pelo Sul de Minas, o trabalho pioneiro de Roberto Borges Martins (1980 e 1982), que revelou a importação de escravos pela economia mineira no XIX; o artigo de Robert Slenes sobre as atividades voltadas para a exportação internacional e interprovincial da economia mineira; o estudo de Douglas Cole Libby (1988) sobre o trabalho escravo e as atividades de transformação e a pesquisa de Clotilde Andrade Paiva (1996) sobre a população e economia mineira. Acerca da associação entre agricultura e mineração no século XVIII devem ser lembrados os trabalhos de Guimarães e Reis (1986) sobre a distribuição de sesmarias entre 1700 e 1750, e Silva (2008) sobre a política alimentar na região das minas. As informações sobre importação de escravos e exportações mineiras vieram de Fragoso (1998, p.146), enquanto as taxas de crescimento demográfico das províncias do Império foram consultadas em Rodarte (2012, p.95). Deve-se consultar ainda a síntese da economia mineira de Laird Begard (2003).

² A ideia de acomodação evolutiva veio de Libby (1988, pp.21-22) e expressa a possibilidade de uma estrutura socioeconômica escravista refugiar-se em atividades voltadas para o consumo. Essa possibilidade foi levantada originalmente por Celso Furtado (2008, pp.90-91) para explicar como o setor açucareiro da colônia resistia aos períodos de baixa nos preços internacionais. Furtado não reconhecia na sociedade mineradora a mesma capacidade.

³ Com a notável exceção do estudo de Carla Almeida (2010) sobre a hierarquia social em Minas entre 1750 e 1850.

A freguesia de São José do Rio das Mortes é um microcosmo onde podemos observar como o patrimônio dos senhores mineiros comportou-se entre fins do XVIII e a primeira metade do XIX. São José era uma freguesia antiga, fundada durante as descobertas auríferas, e muito extensa, cujo território iniciava-se às margens do Rio das Mortes, onde foram encontradas jazidas de ouro, e se espalhava para o oeste, agregando terras para o cultivo de alimentos ao longo da primitiva “Picada de Goiás”.⁴ Com a decadência da mineração de superfície por volta da década de 1780, a economia regional adaptou-se bem a agropecuária. Uma das condições para isso foi a preexistência dessas atividades. Outra condição foram as ligações comerciais entre a região e a praça da cidade do Rio de Janeiro, que permitiram aos produtores sanjoseenses participar do mercado de abastecimento de víveres da capital da colônia e, posteriormente, do Império (GRAÇA FILHO, 2003). Entretanto, a acomodação da economia sobre outra base veio acompanhada de algumas mudanças na freguesia de São José das quais destacamos três aspectos mais importantes para o estudo que aqui se empreende.

Em primeiro lugar, a freguesia cresceu pouco na passagem do século XVIII para o XIX. No ano de 1795 os párocos locais realizaram um arrolamento nominal de todos confessados registrando 1.723 domicílios que abrigavam 10.919 pessoas, sendo que nesse número não se incluem os menores de sete anos, que ainda não se confessavam, e as pessoas ausentes da freguesia.⁵ Quase quarenta anos mais tarde, o governo provincial produziu listas nominativas de centenas de arraiais mineiros e, naqueles que faziam parte da freguesia de São José, foram contados 15.819 moradores em 2.176 domicílios.⁶ Se descontarmos desse total de moradores a parcela com menos de 7 anos, assim ajustando a coorte ao rol de confessados de 1795, a população teria aumentado de 10.919 para 13.777 pessoas, uma ampliação em torno de 0,57% a.a, muito inferior ao estimado para capitania de Minas, que teria crescido entre 1808 e 1821 a uma taxa de 2,3% a.a. (BERGAD 2004, p.156). Nos anos 1820, autoridades locais de São José reconheciam o baixo crescimento da freguesia e o atribuíram ao fechamento da fronteira agrária e à consequente falta de terras virgens para onde a população pudesse se expandir.⁷ De fato, estudos recentes demonstraram que as regiões mineiras que mais cresceram depois da crise da mineração foram aquelas onde havia terra disponível para a agropecuária e ligações com o mercado carioca (MAXWELL, 1985, p.110; CUNHA, 2007, p.107, RODARTE, 2012, p.200).

Simultaneamente ao crescimento moderado, houve na freguesia de São José uma reorganização espacial da população acompanhando o predomínio do agropastoreio: um segundo aspecto importante na passagem do XVIII para o XIX é que os moradores da freguesia deslocaram-se para as aplicações rurais a oeste, em prejuízo do núcleo mais urbanizado da matriz. Em 1795 o distrito onde se situava a Igreja Matriz da freguesia concentrava 42% dos domicílios e dois quintos dos escravos; em 1831 em torno da matriz estavam 22,8% dos domicílios e apenas 17% dos cativos. Esse declínio relaciona-se ao êxodo de moradores que cada vez mais estabeleciam

⁴ A expressão designava o caminho que ia do Rio das Mortes, no sul de Minas, às minas do atual centro-oeste brasileiro (BARBOSA, 1995, p.227).

⁵ “Rol dos Confessados desta Freguezia de S. Antonio da Villa de S. Jozé, Comarca do Rio das Mortes, deste presente anno de 1795”. Banco de dados organizado pelos prof. Douglas C. Libby e Clotilde A. Paiva. Original: Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes, MG.

⁶ Listas nominativas da década de 1830. CEDEPLAR/UFMG. Banco de dados coord. pela profa. Clotilde A. Paiva. Originais: Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, MG.

⁷ No ano de 1825, o pároco local reconhecia que não havia grande esperança de aumento populacional em S. José “por ser esta freguesia circundada de outras limítrofes, e não confinar por parte alguma com sertões para onde se extenda”. “*Mappa da população Parochianna da Freguesia de Sto. Antônio da Vila de São Jozé deste presente anno de 1825*”. Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João Del Rei. Mapas populacionais da freguesia de Sto. Antônio da vila de São José, pasta 19. Em 1826 a Câmara dava conta do fechamento da fronteira ao informar ao Governo Provincial que todo o termo da vila estava ocupado por títulos de sesmarias e posses e não havia mais terras devolutas. *Corografia Histórica S. José. Revista do Arquivo Público Mineiro*. Vol. II, Jan.-Mar. 1897, p.46

residência permanente nas suas propriedades rurais seguindo o predomínio econômico do agropastoreio (CAMPOS, 1998).

Em terceiro lugar, as mudanças na economia influenciaram o ritmo de incorporação de mão de obra escrava pela freguesia de São José. As flutuações dos registros paroquiais de batismos de africanos adultos em várias paróquias mineiras exibidas por Libby (2008) mostram que no final do século XVIII a capacidade de importação de escravos da capitania era virtualmente nula. Em São José, nenhum africano adulto foi batizado nos anos de 1790 e 1800. Mas a situação reverteu-se com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro e a articulação mercantil do centro-sul em torno da nova corte. Nas décadas de 1810 e 1820 a província de Minas foi o principal destino dos escravos desembarcados no porto carioca (FRAGOSO, 1998, pp.172-78) e, em São José, dezenas de africanos adultos foram batizados nas capelas e igrejas de toda a freguesia.

O baixo crescimento demográfico ligado à definitiva ocupação das terras, a ruralização do espaço e as flutuações no tráfico de escravos marcam a conjuntura de passagem do século XVIII para o XIX na freguesia de São José e, sem dúvida, influenciaram a composição do patrimônio e as estratégias de acumulação de riqueza na região. Podemos nos aproximar dessas mudanças através dos vestígios deixados nos inventários *post-mortem* dos proprietários do passado. É o que faremos nas seções seguintes.

A composição do patrimônio pessoal inventariado

O inventário *post-mortem* era o procedimento jurídico realizado por ocasião do falecimento de um proprietário, ou de seu cônjuge, para arrolar todos seus bens com vistas à partilha entre os herdeiros. No Brasil, os processos de inventariação foram realizados pela administração portuguesa durante a fase colonial e permaneceram depois da independência, embora nem todos os proprietários tivessem as posses registradas. É a documentação que melhor retrata a riqueza pessoal no passado escravista e séries mais ou menos completas desses documentos informam sobre mudanças econômicas, sobre a hierarquia social, a cultura material etc. Neste artigo, lançamos mão de uma amostra dos inventários abertos na freguesia da vila de São José do Rio das Mortes⁸ composta de 229 processos de inventariação, sendo 87 documentos para o período 1795-1809 e 142 para 1830-44. O número de documentos é baixo, mas envolve todos os processos abertos nos anos mencionados e uma área cujos limites espaciais não se alteraram entre os períodos da amostra. Os recortes temporais empregados, por sua vez, buscam contemplar a temporalidade atrasada dos inventários – qual seja, o fato de que os inventários são a representação de uma riqueza amealhada ao longo de uma vida – e, assim, dão conta do estado da riqueza em fins do século XVIII e na primeira metade do XIX.

A **Tabela 1** mostra como era constituída a riqueza inventariada na freguesia de São José, considerando, na primeira linha, todo o montante arrolado nos inventários e, nas linhas seguintes, a composição dos inventários em três faixas de riqueza em decis agrupados nos 20% mais ricos, os 20% mais pobres e a camada de riqueza intermediária.

Tabela 1 - Composição da riqueza inventariada na freguesia de São José.

1795-1809 (N = 87)	Total	Escravos	Imóveis	Produção	Bens móveis ¹	Dinheiro	Outros ²	Créditos	Débitos ³
Todos os inventários (valores em £)	99.345,32	32.664,56	31.743,39	8.048,15	4.616,25	861,21	7.996,43	13.415,33	5.235,08
	100%	32,9%	32,0%	8,1%	4,6%	0,9%	8,0%	13,5%	- 5,3%
20% mais ricos	100%	27,8%	26,8%	7,6%	5,0%	1,4%	9,4%	22,0%	- 4,4%
60% intermediários	100%	39,0%	38,4%	9,2%	4,1%	0,1%	6,7%	2,6%	- 6,5%

⁸ Depositados no Arquivo do Escritório Técnico (AET) II do IPHAN, São João del Rei (MG).

20% mais pobres	100%	43,7%	41,2%	2,3%	6,3%	0,8%	1,6%	4,0%	- 5,0%
1830-44 (N = 142)	Total	Escravos	Imóveis	Produção	Bens móveis ¹	Dinheiro	Outros ²	Créditos	Débitos ³
Todos os inventários (valores em £)	132.981,56	49.286,11	31.898,95	12.545,74	10.833,09	2.602,80	7.490,10	18.324,77	3.831,65
	100%	37,1%	24,0%	9,4%	8,2%	2,0%	5,6%	13,8%	- 2,9%
20% mais ricos	100%	32,2%	24,4%	9,4%	9,3%	2,1%	6,5%	16,1%	- 2,2%
60% intermediários	100%	52,7%	22,5%	9,6%	4,4%	1,5%	2,8%	6,5%	- 5,1%
20% mais pobres	100%	33,5%	33,5%	8,5%	14,2%	1,2%	2,7%	6,7%	- 2,0%

Fonte: inventários post-mortem AET/IPHAN – São João del Rei (MG).

¹ inclui os pertences pessoais, mobiliário, ferramentas e equipamentos de produção (teares e rodas de fiar);

² inclui dotes, alugueis e estoques comerciais;

³ porcentagem sobre o monte-mór.

Ao analisar como a totalidade dos valores inventariados em cada período se distribuía pelas categorias de patrimônio, percebemos que a composição da riqueza inventariada na freguesia de São José mudou pouco no período em tela. As transformações econômicas do começo do século XIX – chegada da família real, abertura dos portos, abastecimento do mercado carioca – foram respondidas por uma estrutura produtiva já consolidada que tinha nos escravos e imóveis os fatores de produção mais importantes. Esses itens constituíam, de longe, a maior parcela do patrimônio inventariado (quase dois terços de toda a riqueza) na freguesia de São José.⁹

No período em tela inexistia qualquer forma de riqueza financeira, como ações ou títulos, e o dinheiro em espécie era muito pouco em relação à riqueza total, sinalizando que a economia era escassamente monetizada. Por outro lado, o fornecimento informal de empréstimos e as vendas e serviços a prazo ocuparam um significativo percentual da riqueza inventariada, mostrando que o crédito era uma forma de contornar a falta de moeda.

Os proprietários em São José investiam relativamente pouco em itens de conforto e bens suntuários, embora os gastos com bens pessoais tenham aumentado no século XIX. Tais gastos, no entanto, eram mais comuns nos inventários ricos, enquanto naqueles mais pobres o crescimento proporcional da riqueza em bens móveis deveu-se, por um lado, à menor participação proporcional de escravos no patrimônio desse grupo subvalorizando as demais formas de riqueza, e por outro lado, à presença mais corriqueira de ferramentas e equipamentos de produção, como teares, rodas de fiar, tendas de ferreiro etc. Para os inventários de patrimônio intermediário, o aumento do valor dos escravos – principal meio de produção – não permitiu a expansão proporcional dos valores dos bens móveis.

Dado o avanço da produção mercantil de abastecimento em Minas na primeira metade do século XIX e a antiguidade da ocupação das terras em São José, a *redução proporcional* da riqueza invertida em bens imóveis foi uma surpresa. É possível que as terras não estivessem aumentando de valor com o fechamento da fronteira, uma vez que a migração para novas zonas de expansão funcionava como válvula de escape para a pressão sobre o uso do solo.¹⁰ Ao mesmo tempo, a redução proporcional dos valores registrados em bens imóveis é um reflexo do aumento do valor dos escravos. Segundo Bergad (2004, p.248 e pp.252-255), o valor médio de um escravo em idade produtiva praticamente dobrou entre 1820 e 1830 passando de 164\$000 para 326\$000. Bergad sustenta que a alta rentabilidade da mão de obra escrava foi mais importante do que o risco de fechamento do tráfico pela lei de 1831 para explicar o aumento dos preços – isto é, o encarecimento

⁹ O que é bastante similar a outras áreas de agropecuária escravista, vide Graça Filho (2002, p.175), Almeida (2010, p.129), Osório (2007, p.106), Barickman (2003, p.223).

¹⁰ Durante fins do XVIII e as primeiras décadas do XIX, houve um contínuo fluxo de migração de famílias das antigas vilas mineradoras para áreas onde houvesse terras disponíveis (CUNHA, 2007; RODARTE, 2012). Um desses destinos foi o noroeste paulista, onde os mineiros encorparam as vilas de Franca e Batatais (CUNHA, 2013)

dos escravos deveu-se a que a economia mineira estava crescendo em um ritmo superior à incorporação de força de trabalho. Enquanto as oportunidades de comercialização da produção agropecuária estavam se expandindo, as inversões dos proprietários em escravos eram compensatórias.

Um aspecto da riqueza que aponta na direção de maior mercantilização da economia rural em São José é o crescimento tanto proporcional quanto bruto da produção agrícola e pastoril inventariada. Chamamos atenção para o fato de que, no caso de produtos agrícolas, normalmente, só era inventariada a produção que existia nas propriedades quando da realização do inventário. Com as criações dava-se o mesmo, embora esse tipo de produção fosse menos susceptível à sazonalidade.¹¹

A participação de créditos e dinheiro aumentou muito ligeiramente entre 1795-1810 e 1830-44, mas sua importância para as relações de mercado é fundamental. A moeda era uma forma de riqueza, de fato, pouco presente, mas que se tornou mais comum na década de 1830 nos inventários de todos os níveis de riqueza. Como estudos recentes têm demonstrado, a baixa presença de moeda parece ser compensada pela atuação de instrumentos informais de crédito para o financiamento da produção no interior do Império (FRANK, 2006, p.31 e p.47; GRAÇA FILHO, 2002). A categoria créditos assinalada na **Tabela 1** não comporta apenas empréstimos, mas dívidas ativas das mais variadas procedências, como a venda de mantimentos e a prestação de serviços. O crescimento da importância dos créditos para proprietários mais pobres nos sugere a participação desses indivíduos no mercado, o que será retomado adiante.

Em linhas gerais, os investimentos entre os períodos da amostra de inventários concentraram-se nos fatores de produção (sobretudo nos cativos) como forma de melhor aproveitar o dinamismo do mercado inter-regional na época Joanina e no pós-independência. A alocação de recursos em força de trabalho e imóveis foi a estratégia mais adequada dos produtores na freguesia de São José de responder às oportunidades de mercado, muito embora as formas de engajamento fossem diferentes e a distribuição das vantagens pela participação nessa economia não fossem sentidas equitativamente pelos produtores como notaremos a seguir.

Crescimento da riqueza pessoal

É sempre um problema saber o quão representativa da população é uma amostra de inventários. Para cada falecido com bens *deveria* haver um inventário, mas como isso nunca acontecia, todo conjunto de inventários é uma amostra reduzida de um universo mais amplo de proprietários. O procedimento mais usual para mensurar a representatividade dos inventários é comparar o número de processos abertos com a quantidade de óbitos no mesmo período. Acontece que os assentos de óbitos registram igualmente proprietários e não proprietários – isto é, cobrem pessoas que nada teriam a inventariar e, portanto, sem riqueza, o que reduz a abrangência dos inventários.

Aqui, procedemos a uma aproximação diferente para estimar a representatividade da amostra de inventários. Esse documento poderia ser realizado quando da morte do chefe de fogo que possuía riqueza ou, quando ele era casado, da morte de seu cônjuge. Graças ao rol de confessados de 1795, sabemos que uma medida mínima da riqueza na época, a posse de pelo menos um escravo, existia em 50% dos domicílios da freguesia. Residindo nesses domicílios com escravos havia 1.291 pessoas que eram chefes de fogo ou seus cônjuges. Esse é o número mínimo de pessoas cuja morte ensejaria a abertura de um inventário. Aplicando a esse grupo a taxa de mortalidade estimada para a época, de 35 mortes para cada mil pessoas,¹² seriam esperados 45 óbitos na população

¹¹ Conforme Osório (2007, p.106).

¹² Avaliada por Merrick e Graham (1981, pp.59-60) para a primeira metade do século XIX no Brasil.

proprietária entre o momento da feitura do rol e o ano seguinte. Como a média de processos de inventários encontrados no nosso primeiro período (1795-1809) é de 5,8 documentos/ano, eles cobrem em torno de 13% dos óbitos aguardados entre a população proprietária.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado para a segunda parte da amostra de inventários. Nas listas nominativas de 1831 existia ao menos um escravo em 40% dos domicílios da freguesia no quais viviam 1.414 indivíduos em condições de deixar inventário (chefes de fogo com escravos e, quando casados, suas esposas). Aplicando a mesma taxa de mortalidade estima-se em 49 os óbitos aguardados entre o momento do censo de 1831 e o ano seguinte. Como a média dos inventários de 1830-44 foi de 9,5 processos/ano, a cobertura para os óbitos estimados no período ficou em 19,4%. Por mais grosseiros que esses cálculos sejam (e são bastante rústicos) elas indicam que nossa amostra cobre entre 13% e 19% dos proprietários falecidos, o que já é estatisticamente relevante. Note-se que essa cobertura é sobre os proprietários e não sobre todos os domicílios da freguesia – nesse último caso, os percentuais cairiam para 6,5% e 7,6% dos domicílios da freguesia em 1795 e 1831, respectivamente.

Deve-se ter claro que os inventários não traduzem, como uma fotografia, a riqueza de uma época. A literatura especializada acredita que os senhores falecidos eram mais ricos do que os proprietários vivos, pois os inventários cobrem uma parcela da população mais velha e, portanto, com uma trajetória mais longa de acumulação. Contudo, a historiografia econômica tem como consenso que as variações da riqueza inventariada correspondem às mudanças sofridas no patrimônio total, ou seja, as tendências mostradas pelos inventários refletem as transformações da riqueza pessoal.¹³ Mas, para tanto, é necessário que a *amostra de documentos seja consistente* ao longo do tempo, pois, tão importante quanto a cobertura da amostra, é verificar se o gênero, a idade, o estado conjugal e a distribuição por níveis de riqueza dos inventariados permanecem constantes. Desde que esses aspectos não sofram alterações bruscas ao longo do tempo, é possível a comparação da riqueza em momentos distintos.

A **Tabela 2** apresenta o gênero, estado conjugal e idade dos nossos inventariados:

Tabela 2 - Gênero, idade e estado conjugal dos inventariados.

	% inventariados masculinos*	% de inventariados casados*	Idade média dos inventariados (em anos)†	% de inventários com monte inferior a 100 £
1795-1809	57,7%	76,8%	63,5	1,2%
1830-1844	55,0%	77,0%	59,9	25,3%

Fonte: AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*. Rol dos Confessados de 1795 e listas nominativas de 1830.

* Considerada toda nossa amostra de inventários abrangendo 87 documentos para o período 1795-1809 e 142 para o período 1830-44.

† Médias baseadas apenas nos inventariados com a idade identificada, sendo 60 casos entre 1795-1809 e 42 entre 1830-44.

Quanto ao gênero, a **Tabela 2** mostra que não há grande variação entre os processos de cada período. A proporção de proprietários casados é muito semelhante nos anos em vista e razoavelmente condizente com as informações censitárias disponíveis. Tanto no rol dos confessados de 1795, quanto nas listas nominativas de 1831, a proporção de casados entre os senhores de escravos (i.e., aqueles que potencialmente legariam um inventário) estava em torno de 56%. Em ambos os momentos nossa amostra de inventários apresenta proporções de casados superiores às informações dos censos, no entanto as proporções são estáveis significando que os inventários representam um grupo semelhante ao longo do tempo.

¹³ Ver as considerações metodológicas reunidas, com largas referências bibliográficas, em Jeffrey G. Williamson & Peter H. Lindert (1980, pp.9-94). Ver também o apêndice metodológico de Zephir L. Frank (2004, pp.171-185) e a obra de Jones (1980).

Não se dispõe de informações sobre idade diretamente dos inventários. As idades médias apresentadas na **Tabela 2** são de alguns inventariados que puderam ser identificados nas listas de população de 1795 e 1831. A idade média dos inventariados é razoavelmente constante nos períodos considerados, o que sinaliza que as taxas de mortalidade não sofreram variação abrupta no período. Mas há outra questão sobre a idade dos proprietários. Sendo o inventário um documento produzido por ocasião do falecimento, ele cobre proprietários mais velhos do que a população viva. As idades médias dos inventariados na nossa amostra são bastante altas e mais elevadas do que a apresentada pela população proprietária viva. No rol dos confessados de 1795, nos fogos onde havia escravos a idade média dos chefes de domicílio era de 47,7 anos, enquanto nas listas nominativas de 1831 a idade média cai para 46,1 anos.¹⁴ As diferenças entre a idade média dos inventariados e dos proprietários recenseados é de 19 anos no primeiro período e de 16 anos no segundo, altas, mas razoavelmente constantes de forma que não inviabilizam as comparações.

Resta saber como a amostra representa os valores dos patrimônios inventariados. Muitos inventários ricos demais ou pobres demais (os chamados *outliers*) em cada período da amostra podem enviesar os resultados. No nosso caso, as pequenas fortunas aparecem de forma descontinuada entre um período e outro: os processos com valor total inferior a cem libras quase não são registrados no período 1795-1809, enquanto compõem mais de um quarto dos processos abertos entre 1830-1844. Acreditamos que essa discrepância seja resultado do maior acesso de pequenos produtores à inventariação depois da Independência. A solução que adotamos para normatizar a distribuição dos inventários foi eliminar os documentos com riqueza inferior a 100 libras. Isso, evidentemente, exclui os mais pobres da análise sobre crescimento e concentração de riqueza, com efeitos claros sobre os resultados: sem os inventários inferiores a 100 libras, o patrimônio médio por proprietários aumenta, enquanto a concentração de riqueza diminui. Essas distorções, no entanto, não são relevantes para os nossos propósitos, pois o que vamos discutir são as *tendências* de crescimento e concentração de riqueza indicadas pelos inventários.

Na **Tabela 3** apresentamos várias medidas para o crescimento médio da riqueza inventariada na freguesia de São José. A primeira medida foi baseada nos valores nominais dos documentos e por ela visualiza-se o crescimento dos valores inventariados a ordem de 1,87% a.a. Uma primeira observação quanto a essa medida é que ela diz respeito *apenas aos proprietários*, isto é, aqueles que tinham riqueza. Se incluirmos os não-proprietários – que podem ser estimados, no máximo, em 50% dos moradores da freguesia no ano de 1795 e em 60% no ano de 1831¹⁵ – a riqueza média avaliada em cada período diminuiria, *mas não a sua tendência de crescimento*. A segunda observação é que o crescimento verificado não considera a inflação, que foi persistente no começo do XIX.¹⁶ Um dos recursos mais comumente adotados na literatura para mitigar esse problema é a deflação dos valores dos inventários seguindo a cotação média anual da libra esterlina no ano da abertura do documento. Embora o valor da libra não seja um índice fiel da variação dos preços em toda economia imperial,¹⁷ ele oferece um nível mínimo de estabilidade para permitir comparações ao longo do tempo. Com os valores convertidos em libras (medida 2) podemos perceber melhor os vieses da amostra em relação à representatividade das pequenas fortunas. Como nos documentos do período 1830-1844 os inventários menos afortunados são mais frequentes, o valor

¹⁴ Se considerarmos nesse cálculo etário os cônjuges dos chefes de fogo com escravos, normalmente mulheres mais jovens que seus esposos, alcançamos as idades médias de 44,1 anos em 1795 e 43,1 anos em 1831. Um pouco inferiores às do cálculo acima, mas ainda assim decrescentes entre os dois levantamentos.

¹⁵ Trata-se da proporção de domicílios sem escravos em cada ano segundo as contagens de população

¹⁶ Usando séries de preços da corte do Rio de Janeiro, Mircea Buescu estima taxas de inflação da ordem de 0,7% a.a. no período 1792-1807, 2,5% a.a. em 1807-1819, e 2,1% a.a. no período 1826-1847 (BUESCU, 1973, p.126 e p.135).

¹⁷ Como considera Richard Graham em seu estudo sobre o abastecimento alimentar de Salvador, “muitos dos que se encontravam no nível mais baixo da escala socioeconômica nunca, ou raras vezes, compraram bens importados nem dependiam de exportações para sua sobrevivência” de modo que as variações do câmbio pouco interferiam em suas vidas (GRAHAM, 2013, p.321).

do monte-mór médio ficou mais baixo do que o averiguado no final do século XVIII. Não se trata de declínio econômico, mas de uma distorção na produção dos inventários, que estiveram mais acessíveis para os pequenos proprietários depois da Independência.

Tabela 3 - Medidas de crescimento da riqueza inventariada na freguesia de São José

	1795-1809	1830-44	Variação % a.a. c.1802-c.1837
1. Monte-mor médio (valores nominais)	4:004\$297 rs.	7:568\$101 rs.	1,84
2. Monte-mor médio (libras)	£ 1.142	£ 936	- 0,57
3. Monte-mor médio (> 100 £)	£ 1.155	£ 1.248	0,22
4. patrimônio líquido* (valor médio)	£ 1.094	£ 1.213	0,30
5. patrimônio físico* (valor médio)	£ 999	£ 1.074	0,21
6. decil superior (monte mor médio)	£ 4.918	£ 5.632	0,39

Fonte: AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*.

Notas:

* patrimônio líquido: monte-mor descontadas as dívidas passivas.

+ patrimônio físico: monte-mor sem consideração de nenhum tipo de dívida.

Observações:

1. As medidas 1 e 2 foram baseadas na totalidade da nossa amostra de inventários abrangendo 87 documentos para o período 1795-1809 e 142 para o período 1830-44.

2. As medidas 3 a 6 consideram apenas os documentos com mais de 100 £ abrangendo 86 documentos no primeiro período e 106 no segundo.

3. Para a conversão em libras, utilizamos a série cambial que se inicia em 1808 disponível em Mattoso (1982, p.254). Para os documentos de anos anteriores utilizamos a taxa média de 3\$555 rs por libra proposta por Buescu, (1973, p.129).

A medida 3 tenta corrigir o viés de nossa amostra eliminando os *outliers* (documentos com menos de 100 libras) de ambos os períodos. O incremento anual na riqueza média inventariada é mínimo, próximo da estagnação. A taxa auferida, 0,22%, no entanto, parece ser nossa melhor estimativa e pode ser melhor dimensionada quando confrontada com o desempenho de outras localidades. Estima-se que no Rio de Janeiro o crescimento da riqueza inventariada tenha sido de 2,6% entre 1815 e 1860, o que fez a riqueza média entre os proprietários mais que dobrar de £ 2.056 para £ 4.397 (FRANK, 2008, p.46). Esse avanço prodigioso refletia a posição do Rio como sede do Império e principal praça de negócios do país. Além disso, o desenvolvimento da cafeicultura no vale do Paraíba na primeira metade do século XIX incentivou as exportações pelo porto carioca. Por outro lado, na primeira capital do Brasil, a cidade de Salvador, a riqueza média entre os proprietários inventariados ficou estagnada na ordem de £ 2.000 entre 1801-20 e 1845-60 (MATTOSO, 1992, 613-616). Em Lorena, cidade do vale do Paraíba paulista que viveu a primeira expansão do café, a riqueza média dos inventariados praticamente quadruplicou, avançando de £ 656 em 1830-1839 para £ 2.614 em 1855-1864 (MARCONDES, 1998, pp.311-318). Mas nem todo crescimento da riqueza dependeu da presença de um novo produto valorizado pelo mercado externo. No caso da vila de São João del Rei, no interior de Minas, o controle do comércio e do crédito de uma ampla rede econômica baseada no abastecimento elevou o crescimento da riqueza a 1% a.a. entre as décadas de 1820 e 1850 (FRANK, 2008, p.46; GRAÇA FILHO, 2002). Ali o desenvolvimento mercantil e financeiro produziu a expansão da riqueza inventariada sem a ocupação de novas terras, como na gênese da cafeicultura em Lorena, e basicamente através de estímulos do mercado interno.

A quarta medida apresentada na **Tabela 3** estima o crescimento da riqueza descontados os débitos do inventário. Nenhum documento teve saldo negativo e o crescimento da riqueza líquida mostra que as dívidas estavam consumindo menos da riqueza dos proprietários sanjoseenses. O patrimônio físico (medida 5), por não considerar as dívidas ativas (créditos) nem as passivas (débitos), é considerado mais adequado para a análise da evolução da riqueza material, uma vez

que não se pode ter certeza quanto à solvência de créditos. No entanto, essa medida desconsidera parte do topo da hierarquia econômica, pois os grandes negociantes e proprietários eram também emprestadores e tinham até um quinto de sua riqueza empatado em créditos (conf. **Tabela 1**). O patrimônio físico inventariado na freguesia de São José teve uma evolução inferior à riqueza líquida. A diferença entre essas duas medidas sinaliza que os créditos estavam em crescimento, representando, em 1830-44, uma parte significativa dos patrimônios.

Finalmente, a medida 6 considera a evolução apenas dos inventários no decil superior, os 10% mais ricos da freguesia, para inferir se o crescimento da riqueza da elite econômica foi muito diferente dos demais proprietários. Como vemos na **Tabela 3**, os mais ricos incrementaram seu patrimônio quase duas vezes mais do que o conjunto dos inventariados, uma diferença que indica um processo de concentração da riqueza ao longo do tempo. As razões desse fenômeno são exploradas no item seguinte.

A concentração da riqueza inventariada

O desenvolvimento da agropecuária mercantil, a retomada do tráfico de escravos e o crescimento dos distritos rurais na freguesia de São José do Rio das Mortes se fizeram acompanhar de aumento na concentração da riqueza inventariada como apresenta a **Tabela 4**.

Tabela 4 - Medidas de concentração de patrimônio inventariado na freguesia de São José

	1795-1809 (N = 87)	1830-44 (N = 142)	1830-44 (inventários com mais de 100 libras) (N = 105)
1. % da riqueza total inventariada no decil mais rico	39,60%	59,3%	50,90%
2. Coeficiente de Gini ¹	0,509	0,694	0,619

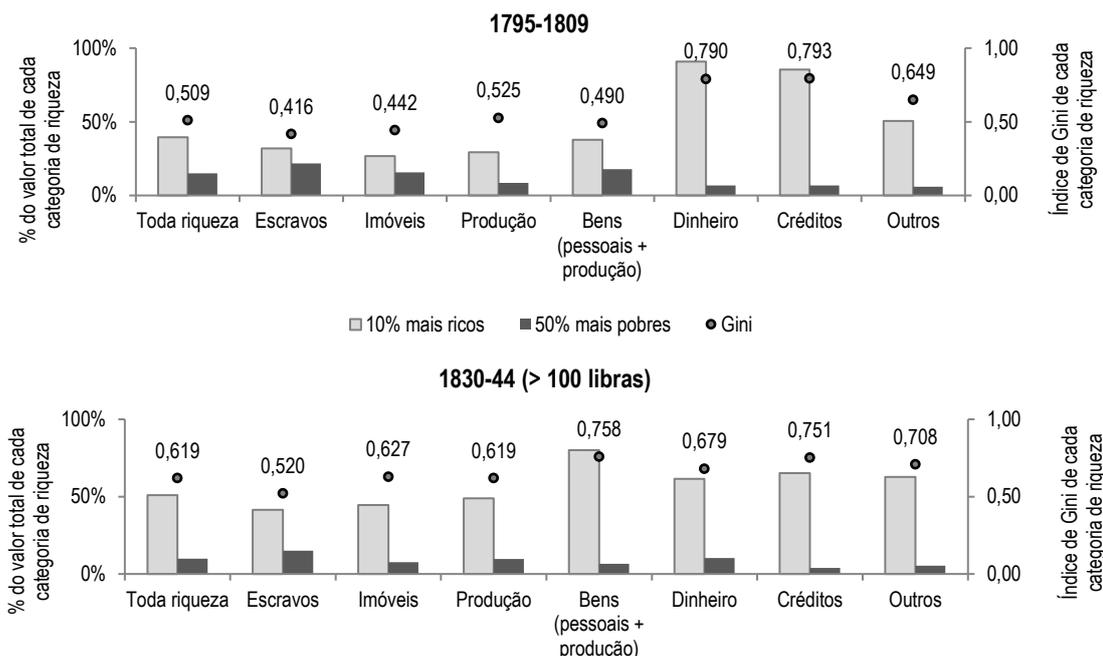
AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*

¹ Medida de desigualdade que consiste em um número entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade e 1 corresponde à completa desigualdade, isto é, quanto mais próximo de 1 maior a concentração.

Enquanto nos quinze anos de 1795 a 1809 o decil superior dos inventariados acumulava em torno de 40% da riqueza, três décadas depois mais da metade do patrimônio estava nas mãos dos dez por cento mais ricos, consideremos a amostra completa de inventários abertos entre 1830-44 ou ajustada com a exclusão dos inventários de menor valor (*outliers*). Já o índice de Gini aponta que, entre fins do século XVIII e a década de 1830, a desigualdade da riqueza inventariada aumentou, no mínimo, em um quinto (22%, considerando a amostra ajustada). Em síntese, os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres. Mais uma vez é forçoso ressaltar que tanto a fração da riqueza controlada pelos 10% mais ricos, quanto o coeficiente de Gini, levam em conta apenas os proprietários inventariados. Se fossemos considerar todos os domicílios da freguesia, inclusive aqueles sem riqueza, a desigualdade seria muito superior, mas sua tendência de aumento ao longo do tempo persistiria.

Podemos começar a compreender o que estava por trás desse aumento da desigualdade através do **Gráfico 1** no qual apresentamos o quanto de cada um dos componentes do patrimônio inventariado era controlado pelo decil mais rico e pelos 50% mais pobres, além de calcular o coeficiente de Gini da distribuição de cada categoria de riqueza.

Gráfico 1 - Concentração dos componentes da riqueza inventariada



Fonte: AHET II – IPHAN, SJDR – Inventários *post-mortem*.

O **Gráfico 1** mostra que todas as categorias do patrimônio inventariado estavam concentradas nas mãos da pequena elite proprietária no final do século XVIII e tornaram-se ainda mais concentradas na primeira metade do XIX – com exceção do dinheiro em espécie e das dívidas a receber (crédito), que ficaram ligeiramente menos concentradas, embora ainda longe de uma distribuição igualitária. A análise da distribuição de cada categoria pode sugerir explicações de como as mudanças econômicas da passagem do século XVIII para o XIX condicionaram o acesso às formas de riqueza.

Começando pelos escravos, esse foi o componente patrimonial cuja distribuição se apresentou mais nivelada, segundo o **Gráfico 01**, e era o maior investimento dos proprietários – lembrando a **Tabela 01**, os escravos, em geral, representavam mais de um terço do valor dos inventários. Tãmanha era a importância desse ativo que, sem considerarmos a posse de escravos, a desigualdade na distribuição da riqueza seria muito maior: o índice Gini da riqueza inventariada fora os escravos sobe de 0,509 para 0,568 no período 1795-1809 e de 0,619 para 0,738 no recorte 1830-44.

Sabemos que o acesso à propriedade mancipia foi algo factível a uma parte muito significativa dos domicílios sanjoseenses entre fins do século XVIII e a primeira metade do XIX. De acordo com o Rol de Confessados da freguesia de São José, no ano de 1795 havia escravos em praticamente um de cada dois domicílios, uma distribuição muito alta em relação a qualquer região escravista da América,¹⁸ especialmente se lembrarmos que a mineração já havia sofrido sua crise e ocorria um interlúdio nas importações de escravos. Para o ano de 1831, as listas nominativas dos distritos de São José informam a presença de escravos em um de cada 2,5 domicílios, o que mantinha a proporção de lares com escravos em um nível bastante alto (40% dos domicílios), mas não tão alto quanto no fim do XVIII. Tanto em 1795, quanto em 1831, as pequenas posses com até 5 escravos eram a maioria; porém os pequenos escravistas, que representavam 71,2% dos proprietários em 1795, diminuíram para 61,5% em 1831. Havia um processo de redução dos lares

¹⁸ Ver a comparação entre a posse de escravos na freguesia de S. José e outras regiões escravistas em Libby & Paiva (2000: 29).

com escravos e de diminuição das pequenas escravarias ligado à maior demanda por mão de obra e o conseqüente aumento do preço do escravo.

Os inventários mostram o aumento na concentração da propriedade escrava. Segundo o **Gráfico 01**, nos inventários do final do século XVIII, os mais 10% ricos controlavam 32% do valor de todos os escravos inventariados e os 50% mais pobres detinham 21%, enquanto na década de 1830 as cifras ficam em 45% do valor dos escravos para os mais ricos e apenas 15% para os mais pobres, um aumento na concentração de um quarto segundo o índice de Gini.

Depois dos escravos, o patrimônio imobiliário apresentou uma distribuição menos desigual entre os proprietários de São José, mas também apresentando aumento na concentração. No período de 1795-1809 o decil mais rico controlava 26,7% do valor dos imóveis e os 50% mais pobres 15,7%, enquanto entre 1830-44 a participação foi de 44,5% e 7,5%, respectivamente. Esse aumento da desigualdade, de mais de 40% no índice de Gini dos dois períodos, é o resultado do aprimoramento das fazendas e sítios, no contexto de fronteira fechada e expansão dos mercados. Os imóveis rurais eram inventariados junto com todas as suas benfeitorias, o que incluía moinhos, engenhos, cercas, currais, senzalas e muitas vezes as casas de vivenda. Assim, não era apenas a terra possuída que entrava na avaliação, mas todo o complexo formado pelos terrenos e os equipamentos necessários para neles cultivar e beneficiar a produção – o que era valorizado era o capital e o trabalho investidos na unidade produtiva. Se os imóveis passaram a representar um valor maior em meados do século XIX do que em fins do XVIII não era porque estavam aumentando suas terras, mas porque tornavam-se mais aparelhados.

Propriedades com produção diversificada tiveram melhor sorte com o crescimento do mercado de abastecimento, pois conseguiam comercializar uma vastidão de produtos simples, mas muito demandados. O açúcar e outros derivados da cana, por exemplo, exigiam engenhos que eram os equipamentos mais caros que as antigas fazendas poderiam ter, pois pleiteavam o concurso de profissionais marceneiros e ferreiros muito bem treinados, além de operadores capazes. Pode-se também citar os vários tipos de farinha, cujo preparo exigia fornos e pilões ou moinhos, além dos queijos produzidos nas instalações próprias (“casas de queijo”) e outros. O investimento em equipamentos e benfeitorias era justificado quando o mercado retornava com a realização da produção. Nesse caso, o mercado premiava aqueles com um “ponto de partida” mais avançado, isto é, com recursos necessários para investimentos em tais equipamentos.

A presença de benfeitorias e equipamentos aumentava a avaliação das propriedades rurais, mas demandavam recursos que os produtores mais pobres nem sempre podiam realizar e provavelmente criavam dilemas de investimentos entre adquirir mão de obra escrava ou montar as estruturas de beneficiamento da produção. O sintoma mais claro de que os produtores mais ricos aproveitaram melhor a nova fase do mercado mineiro é o fato de que a distribuição dos valores de rebanhos ou produção agrícola inventariada ficou mais concentrada. Como mostra o **Gráfico 01**, em fins do XVIII os 10% mais ricos tinham 30% de toda a riqueza em rebanhos e produção agrícola inventariada na freguesia e viram sua participação aumentar para 49% em meados do XIX.

A riqueza financeira representada por dinheiro e dívidas ativas era a campeã na concentração. 90% do dinheiro e 85% do crédito entre 1795-1809 e dois terços desses componentes entre 1830-44 estavam nas mãos do decil superior de nossa amostra de inventários. Claramente eram os proprietários mais ricos que dominavam o fornecimento do crédito informal registrado nos inventários de São José, embora esse componente da riqueza não fosse o mais substancial na composição de seus patrimônios (conf. **Tabela 01**). Porém, as dívidas a receber e o dinheiro foram os únicos componentes da riqueza inventariada que sofreram desconcentração. Acreditamos que os pequenos proprietários tornaram-se mais visíveis nas práticas de crédito nos anos de 1830 não exatamente fornecendo empréstimos (isto é, como usurários, uma atividade dos agentes mais ricos), mas realizando vendas e serviços a prazo. As informações sobre a natureza das dívidas registradas nos inventários, no entanto, são escassas e não é possível adiantar uma

conclusão definitiva. Mas é possível supor que o dinamismo das fazendas de alimentos para o mercado da corte na primeira metade do século XIX abriu oportunidades para pequenos produtores no abastecimento local das vilas e arraiais e para o fornecimento de serviços e bens artesanais para as unidades maiores. As informações de ocupação das listas nominativas de 1831 nos mostraram que um terço dos domicílios da freguesia de São José era chefiado por pessoas dedicadas a atividades artesanais, como a fiação e a tecelagem, ou a ofícios como o de pedreiro e ferreiro. Enfim, uma gama de outras atividades subsidiárias capazes de fornecer insumos e equipamentos, além do beneficiamento da produção rural de algodão nas rodas de fiar e teares, do trabalho em couro e do artesanato em fibras.

Conclusão

A crise da mineração não significou para os senhores mineiros um mergulho na pobreza. O agropastoreio e uma miríade de atividades de transformações engendradas ao longo do século XVIII mantiveram dinamismo econômico bastante para que novas áreas nas bordas da capitania fossem ocupadas e para o crescimento da população. Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil no começo do século XIX, um novo impulso mercantil fez de Minas a maior compradora dos escravos enviados do principal porto do Império e concentrou a maior população do país, tanto de livres quanto de cativos.

Ao focar esse processo em uma localidade delimitada, pudemos observar particularidades das transformações da riqueza em uma área de ocupação antiga. Como no resto do Brasil, em São José a agricultura escravista e extensiva dependia da anexação de terra fértil e mão de obra, ao invés da melhoria de técnicas e/ou do uso de ferramentas. Em um sistema assim, a geração de novas oportunidades de enriquecimento estava vinculada ao surgimento de mais fazendas e sítios, o que já não era possível na freguesia de São José com o fechamento da fronteira no começo do século XIX. A nova conjuntura de acesso ao mercado carioca foi, então, respondida por uma estrutura produtiva já bastante desigual, premiando a maior capacidade dos proprietários ricos de usar trabalho escravo, beneficiar sua produção e levá-la a mercados distantes. A ampliação do mercado, nesse caso específico, reproduziu e ampliou as desigualdades das estruturas sociais e da distribuição da riqueza.

Pelo menos como hipótese a ser testada, o caso de São José do Rio das Mortes sugere oportunidades de enriquecimento eram mais factíveis em áreas de fronteira, onde o acesso à terra era mais desembaraçado e a estrutura social ainda fluída. Em zonas de ocupação sedimentada, o controle sobre recursos por uma minoria rica e o trabalho escravo limitavam as chances de ascensão e de formação de novas fortunas. Na freguesia de São José, os mecanismos de herança e transmissão intergeracional de patrimônio devem ter sido mais relevantes para a hierarquia social na primeira metade do século XIX do que o empreendedorismo e as estratégias de enriquecimento. No momento, pensar em como as oportunidades do mercado e a inércia da herança condicionavam os caminhos da riqueza tem sido nossa preocupação de pesquisa. O presente artigo é um ponto de partida que virá a ser complementado no futuro por novas informações e descobertas.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana - 1750-1850*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF/ICHF, 1994.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.
- ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro*. Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1995.
- BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BEGARD, Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.
- BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973.
- CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes (1810-1844)*. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1998.
- CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. Tese (Doutorado em História). Niterói: ICHF/UFF, 2007.
- CUNHA, Maísa Faleiros da. Estudo das migrações internas no norte paulista, século XIX. In *Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. São Pedro (SP); 24 a 28 de novembro de 2014. (http://abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-4-9-126-195.pdf ; acesso em 01/07/2015).
- FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRANK, Zephyr. Padrões de Riqueza no Sudeste do Brasil, 1815-1860. *História econômica & História de empresas*. Vol. IX, Nº 2, pp.5-48, 2006.
- FRANK, Zephir L. *Dutra's world: wealth and family in nineteenth-century Rio de Janeiro*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais; São João del Rei, 1831-1888*. São Paulo: Annablume, 2002.
- GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- GUIMARÃES, Carlos Magno, REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1 (2), pp.7-36, jun. 1986.
- JONES, Alice Hanson. *Wealth of a Nation to Be: The American Colonies on the Eve of the Revolution*. New York: Columbia University Press, 1980.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIBBY, Douglas C. O tráfico negreiro internacional e a demografia escrava nas Minas Gerais: um século e meio de oscilações. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo/ Belo Horizonte: Annablume/ Fapemig/ PPGH-UFMG, 2008. pp.457-480.

- LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Vol.17, n.1/2, pp.17-46, jan./dez. 2000.
- MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena: Stiliano, 1998.
- MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: The slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Tese (Doutorado em Economia). Nashville: Vanderbilt University, 1980.
- MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982.
- MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa: A Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MERRICK, Thomas W., GRAHAM, Douglas H. *População e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- OSÓRIO, Helen. *O Império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP/FFLCH, 1996.
- RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado - Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH*. Campinas, Unicamp, 1985.
- WILLIAMSON, Jeffrey G. & LINDERT, Peter H. Long-term trends in American wealth inequality. In SMITH, James D. (ed.) *Modeling the distribution and intergenerational transmission of wealth*. Chicago, Il.: University of Chicago Press, 1980 (disponível em <http://www.nber.org/chapters/c7443>, acesso em 01/07/2015).